

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.250 - MG
(2019/0274471-3)**

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
AGRAVANTE : **H A G**
ADVOGADOS : **RAFAEL EGG NUNES - MG118395**
 MARCOS LUIZ EGG NUNES - MG115283
 FELISBERTO EGG DE RESENDE - MG050328N
 LEANDRO DE OLIVEIRA MARTINS - MG160042
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ART. 217-A DO CP. CONDENAÇÃO. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA PELAS DEMAIS PROVAS DOS AUTOS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS. SÚMULA 7/STJ.

Agravo regimental provido para reconsiderar a decisão da Presidência desta Corte. Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por **H A G** contra a decisão às fls. 474/475, da Presidência desta Corte Superior, que, com fulcro no art. 21-E, V, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada (Súmula 182/STJ).

Nas razões do regimental, alega o agravante, em síntese, ter impugnado, nas razões do agravo, *de forma específica a impossibilidade de incidência da Súmula 7 do STJ ao presente litígio* (fl. 479).

Pede, ao final, o provimento do presente agravo regimental (fl. 480).

Manifestou-se o Ministério Público Federal, às fls. 493/498, pelo conhecimento e não provimento do agravo regimental:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 07/STJ. PALAVRA DA VÍTIMA. MAIOR VALOR

PROBANTE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SÚMULA 83/STJ.

1 A desconstituição do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, diante de suposta contrariedade à lei federal, buscando a absolvição do crime de estupro, por insuficiência probatória, não encontra campo na via eleita, dada a necessidade de revolvimento do material de prova, procedimento de análise exclusivo das instâncias ordinárias, soberanas no exame do conjunto fático-probatório.

2. Nos crimes de natureza sexual, comumente praticados às escondidas, a palavra da vítima assume valor preponderante.

3. Parecer pelo conhecimento e não provimento do agravo regimental.

4. Prioridade de julgamento, uma vez que os fatos remontam ao ano de 2003 e o recorrente é pessoa idosa (29/9/1957).

É o relatório.

Com razão o agravante.

Ante as razões aduzidas e diante da leitura das razões do agravo de fls. 460/464, verifica-se que, de fato, o único óbice externado na decisão de admissibilidade foi impugnado de maneira específica.

Sendo assim, exercendo o juízo de retratação, **reconsidero** a decisão de fls. 474/475, afastando a incidência da Súmula 182/STJ.

Passo ao exame da controvérsia.

Narram os autos que o agravante, denunciado pela suposta prática dos delitos de estupro e de atentado violento ao pudor praticado em face de sua enteada, menor de 14 anos, foi, após regular instrução processual, condenado à pena de 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no art. 217-A do Código Penal, impondo-se-lhe, contudo, as penas do art. 213, c/c o art. 224, *a*, c/c o art. 226, II, e do art. 214, c/c o art. 224, *a*, c/c o art. 226, II, na forma do art. 71, todos do Código Penal, com a redação anterior à Lei n. 12.015/2009, por ser mais benéfica (fls. 265/280).

Irresignada, a defesa interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo Tribunal de Justiça em acórdão assim ementado (Apelação Criminal n. 1.0027.07.119764-7/001 - fl. 370):

EMENTA: APELAÇÃO - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO - TRÂNSITO EM JULGADO. Em obediência ao Princípio Constitucional da Presunção de Inocência (art. 5º, LVII da CF/88), a

liberdade do acusado deve ser a regra geral, razão pela qual a expedição de Mandado de Prisão deve ocorrer após o trânsito em julgado da condenação.

V.V.P. APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - PRELIMINAR - NULIDADE - IRREGULARIDADES NO INQUÉRITO POLICIAL - REJEIÇÃO - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PROVAS SUFICIENTES DA AUTORIA E MATERIALIDADE - CONDENAÇÃO MANTIDA. Eventuais irregularidades existentes no inquérito policial não têm o condão de contaminar a ação penal. Comprovada a existência do fato ilícito e sua autoria, bem como do elemento subjetivo do injusto penal, não há que se falar em absolvição por insuficiência de provas.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos para correção de erro material, sem atribuição de efeitos infringentes, mediante os fundamentos sintetizados nesta ementa (fl. 399):

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ERRO MATERIAL - CORREÇÃO - NECESSIDADE - AUSÊNCIA DE OMISSÃO - OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. Constatando-se erro material em um dos parágrafos do acórdão, os embargos devem ser acolhidos a fim de se corrigi-lo. Inexistindo qualquer obscuridade, contradição, omissão ou mesmo erro material quanto às demais teses apontadas pela embargante, não se justifica, nestes pontos, a declaração do acórdão ou reexame das matérias.

Nas razões do recurso especial, apontou a defesa afronta aos arts. 155 e 386, II e VII, do Código de Processo Penal, ao argumento de ausência de provas para a condenação (fl. 409). Alegou que a condenação se deu com base unicamente nas palavras da vítima e que o exame de corpo de delito confeccionado nos autos, conquanto ateste a conjunção carnal, *em momento algum [...] afirma que o recorrente tenha praticado tais atos* (fl. 409). Mencionou que há contradição entre o depoimento da vítima e outros elementos probatórios dos autos (fls. 411/412), ressaltando que *o que fundamenta a condenação são as provas colhidas na fase investigativa bem como a ratificação dos depoimentos em juízo* (fl. 413). Requereu, ao final, a absolvição do ora agravante (fl. 417).

Apresentadas contrarrazões (fls. 450/452), o recurso especial não foi admitido, por incidência da Súmula 7/STJ (fls. 454/457).

Contra essa decisão a defesa interpõe agravo (fls. 460/464).

É o relatório.

A insurgência recursal está baseada na alegação de insuficiência probatória para a condenação, buscando, com isso, a absolvição do ora agravante.

Na concreta situação dos autos, o Juízo de primeiro grau condenou o ora agravante, considerando comprovada não apenas a materialidade delitiva, mas também a autoria criminosa, *sendo que o que se extrai dos autos não são meros indícios ou probabilidades da prática delitiva, mas sim a certeza da ocorrência dos fatos descritos na exordial*, acrescentando que, *em que pese a negativa do acusado [...], a vítima e demais testemunhas são firmes em apontar a prática delitiva pelo réu* (fls. 269/270).

O Tribunal local, ao analisar os elementos constantes dos autos, afirmou que as provas produzidas não deixam dúvidas acerca da materialidade e autoria do delito; confirmam-se os seguintes trechos do acórdão recorrido (fls. 374/387 – grifo nosso):

[...] A **materialidade do fato delituoso está demonstrada pelo exame de corpo de delito** de f. 27, **que comprova a ocorrência de conjunção carnal**.

No tocante a autoria, como sói acontecer em crimes desta natureza, o apelante, ao ser interrogado em sede inquisitiva (f. 26), negou a prática delitiva, alegando que tudo era mentira. Em juízo (f. 47), novamente alegou ser falsa a acusação que pesa contra si, salientando que "entende que os fatos descritos na denúncia são frutos da imaginação da E [e] da R.; que não vive mais com E, pois comprou outra casa, deu pra ela e foi morar em outro local; que a R. não gostava que o declarante a proibisse de ir na boca de fumo apanhar drogas e ainda levava a menor L que é filha do declarante; que as denúncias se deram após a separação do casal; que ficou sabendo através da vizinha que R. levava L na boca de fumo; que ficou sabendo que L quando ia na boca de fumo colocava a mão dentro da calça dos vendedores de droga; que naquela época L tinha 3 anos de idade; QUE quem relatou sobre tais fatos foram os vizinhos R, a esposa deste de nome M e a sogra M, residente na rua Limeira, n. 57, bairro Capelinha, Betim/MG; que ao tomar conhecimento de tais fatos ligou para E e disse que ia tomar a criança dela; que inclusive disse para E que ia entrar na Justiça para tomar a criança assim que retornasse da viagem, mas quando retornou E já havia oferecido a notícia crime que resultou no presente processo".

A despeito da negativa do apelante, a prova oral colhida lhe é inteiramente desfavorável.

Com efeito, quando se trata de abuso sexual, a palavra da vítima ganha enorme relevância probatória e, quando não se mostra mentirosa ou fantasiosa, a ela deve ser dada plena credibilidade.

[...] Nessa ordem de ideias, **a ofendida afirmou perante a autoridade policial** (f. 16-17) que "a mãe da declarante foi viver com N quando a declarante era ainda pequena, e H tratava a declarante como filha, porém quando a declarante tinha 11 anos de idade H cometia abusos sexuais contra a declarante, de manhã antes de a declarante acordar H entrava no quarto e passava a mão no corpo da declarante, nos seios, na vagina, nas nádegas, e algumas vezes tirava a roupa da

declarante, todas as vezes Médio tirava a cueca e a calça, e se deitava em cima da declarante e tinha relação sexual com a declarante; QUE a primeira vez em que H penetrou seu pênis na vagina da declarante, a mesma tinha somente 11 anos de idade e saiu sangue e doeu muito; QUE isto foi de manhã, na casa de H, quando a mãe da declarante já tinha saído para trabalhar, a família morava na cidade de Selim; QUE depois H comprou uma casa para a mãe da declarante, e nesta casa também H abusava da declarante, a declarante não contou para sua mãe, pois N ameaçava a declarante dizendo que iria matar a família toda; QUE a declarante nunca relatou estes fatos para ninguém, ocorre que há mais de um ano H saiu de casa, e foi morar na casa dele, porém ele continuava frequentando a casa da declarante para ver a casa, e foi morar na casa dele, porém ele continuava frequentando a casa da declarante para ver a filha L de 06 anos de idade; QUE H aproveitava este fato para continuar abusando da declarante, depois que L a para escola e a declarante ficava sozinha com N em casa; QUE a declarante xingava H e o mandava embora, mas ele dizia que a casa era dele, na casa nova ele também tinha relações sexuais com a declarante, ele mandava que a declarante tirasse a roupa e na negativa da mesma ele ameaçava, a declarante então tirava a roupa e N tirava a parte de baixo da roupa dele e no quarto da mãe da declarante ele se deitava por cima da declarante e penetrava a declarante na vagina, uma certa vez H obrigou a declarante a fazer sexo anal nele; QUE a declarante não sabe como a filha de H de nome E sabia que o pai dela estuprava a declarante, pois ela disse que tinha visto ele fazer isto, mas não contou para ninguém; QUE no dia 1/10/06 a mãe da declarante ia com J numa escola votar, no caminho encontraram com a filha de N, de nome E, que disse à mãe da declarante. QUE a declarante ao ser indagada por sua mãe, somente confirmou que N dava em cima da declarante, mas na Quarta-feira a declarante contou toda a verdade, e disse que N tinha relações sexuais com a declarante desde os 11 anos de idade; QUE a última vez em que ele teve relações com a declarante foi em agosto de 2006, mas em outubro ele tentou de novo, mas a declarante saiu fora de N; QUE N nunca usou preservativo quando tinha sexo com a declarante, a declarante sempre soube que N abusou sexualmente da irmã da declarante de nome J, ela contou para a mãe da declarante, mas não sabe que atitude sua mãe tomou; QUE N oferecia dinheiro a declarante para que esta permitisse que ele tivesse sexo com ele, mas a declarante sempre se negava a aceitar; até a quantia de R\$100,00 (cem reais), ele já ofereceu à declarante; QUE a mãe da declarante às vezes desconfiava, e perguntava à declarante, mas a mesma sempre negou, com medo de N; QUE J disse à declarante que quando tinha 12 anos de idade, era assediada por N".

Sob o crivo do contraditório (f. 84), R. **declarou** que "o acusado além dos fatos descritos nas folhas 16/17 passava a mão pelo corpo da informante; que o acusado praticou sexo oral, com a informante; que tais fatos iniciaram em 2003 e persistiram até 2006; que o acusado esperava durante o dia a mãe da informante sair para trabalhar; que por algumas vezes a mãe da informante perguntava a esta se o acusado a incomodava porém a informante negava; que desde então tem feito acompanhamento psicológico; que atualmente está morando com seu pai; que sua mãe faleceu em janeiro deste ano e acredita que o suicídio dela está ligado a tais fatos e ao acusado; QUE tinha conhecimento que o acusado tinha dado em cima da sua irmã J; que a J era casada e morava fora por isso não pediu o apoio da J; que somente compareceu a frente da casa do acusado para ver sua irmã, mas mesmo assim acompanhada de outros parentes".

Ouvida novamente em juízo, a vítima declarou que "confirma as declarações

prestadas nas fls. 16/17, que quando prestou as declarações de fls. 16/17 sua mãe ainda ficava com o denunciado mas não perto da informante e de sua irmã; que a informante foi abusada sexualmente durante 2 anos; que foi de 12 aos 14 anos da informante. QUE nunca presenciou H oferecer dinheiro à E para manter relações sexuais com a mesma; que J não chegou a ser estuprada pelo denunciado, visto que embora tenha sido assediada, contou para a mãe antes que ocorresse alguma coisa; que quando a informante prestou as declarações de fls. 16/17 tinha mais ou menos um mês que não sofria abusos do denunciado; que a informante e sua mãe E nunca usaram drogas".

A versão da vítima foi corroborada pela prova testemunhal colhida.

E G do R, genitora da vítima, ao oferecer representação de f.08-09, declarou 'que a filha vem sendo abusada sexualmente pelo seu ex-amasio, de nome H A G. Declara que no dia 1/10/06, ao sair de casa para ir votar, se encontrou com uma filha de N, de nome E A G, e que esta lhe relatou que H estava abusando de R.. A declarante diz que questionou R. a respeito do que E havia lhe dito, e que R. disse que não havia acontecido nada. R. disse que ele (N) só tinha lhe passado a mão e nada mais. A declarante diz que foi amasiada com N aproximadamente 9 (nove) anos, e que a mais de 1 ano estão separados, mas que H sempre vai a sua casa, pois eles tem uma filha de 06 (seis) anos, e ele vai para visitar a filha. A declarante diz que desde o dia 01/10/2006, vem sempre insistindo com R., e perguntando se realmente houve alguma coisa, mas a mesma não dizia nada até que na última quarta-feira dia 04/10/2006. R. confessou a mãe que era verdade que N vinha mantendo relações sexuais com ela. R. disse que vem sendo abusada por N a mais de 2 (dois) anos; e que não contou a ninguém antes porque N a ameaçou de morte, e disse que também mataria a mãe e as irmãs. A declarante deseja representar em desfavor do autor".

E, quando ouvida na fase inquisitorial (f. 19-20), reiterou os termos da representação, afirmando que, "no dia 01/10/2006 a declarante ia com sua filha J numa escola votar, no caminho encontraram com a filha de H, de nome E, (...) e perguntou se a declarante teria tido alguma conversa com R., pois o pai dela H teria passado dos limites com R., que tivessem uma conversa séria com R, pois ela teria algo para contar a declarante; QUE ao chegar em casa a declarante indagou de R., mas ela não disse nada, e somente disse que H teria "mexido" com ela, mas ele não tinha feito nada; QUE na quarta-feira R. resolveu contar para a declarante e para J, que H teria passado a mão no corpo dela, que desde maio de 2004, quando a declarante começou a trabalhar numa casa em Belo Horizonte, H fazia sexo com ela, e moravam ainda na casa de H, quando R. ficava em casa sozinha na parte da tarde H ia na casa da declarante e tinha relação sexual com ela; QUE R. tinha menos de 12 anos de idade, quando H transou com ela na primeira vez, a última vez que H transou com R. foi no mês de agosto; QUE quando a outra filha da declarante de nome J tinha 12 anos de idade, era assediada por , mas aos 14 anos foi abusada por H, em 1998, foi que a declarante descobriu tudo; (...) QUE a declarante confrontou H sobre os abusos com J; e ele confirmou que abusava dela e que era apaixonado por J; QUE a declarante via H escrevendo algumas cartas e roubou dele, as cartas que H escreveu eram como um diário para ele, pois ele escrevia que ia se matar, por amar demais J; QUE a declarante não denunciou à polícia, mas nem sabe o motivo de não tê-lo feito; QUE nesta época os irmãos da declarante ficaram sabendo de tudo, a declarante se separou de N, e foi para casa da mãe da declarante, mas uma semana depois ela retornou a morar com H, H comprou uma casa para a declarante e disse que era somente para a declarante e

suas filhas; que em novembro de 2001 H veio morar na casa e daí ele começou os abusos contra R., mas a J começou a namorar e N começou a pegar no pé dela, e H chegou a agredir o namorado dela dentro de casa, e colocou a família toda para fora de casa; QUE há dois anos a declarante se separou definitivo de N, como ele tem uma filha de 6 anos de nome L, (...) por este motivo ele tem acesso livre a casa da declarante, quando a declarante e sua filha J saem para trabalhar, N vem abusando de R.; QUE E não gosta do pai dela, e pode ser que ele tenha abusado de E Também; QUE na semana passada depois de ser denunciado nesta delegacia, N telefonou na casa da declarante de madrugada, e disse para a declarante que R. estava na boca de fumo e levando a irmã L de 7 anos de idade, e estavam pegando no pênis de homens de lá; QUE N sempre quer ter domínio sobre a vida de R, e N ainda diz para a mãe da declarante mandar que R. vá juntamente com L para casa dele, para ser cuidada, até que a mãe do declarante chegue do trabalho; QUE H ameaçava R. caso ela contasse alguma coisa, ele mataria a declarante e suas filhas, e ainda ia tomar a casa onde a declarante mora com suas filhas; QUE a declarante deseja representar em desfavor de N A G, pelo crime de estupro que ele vitimou as filhas da declarante, R. e Juliana...".

E não foi ouvida em juízo, vez que veio a falecer no decorrer da instrução criminal, conforme comprova certidão de óbito de f. 29.

J D do R, na Depol (f. 13-14), relatou que "no dia 1/10/06 a declarante ia com sua genitora numa escola votar, no caminho encontraram com a filha de N, de nome E, que disse à declarante e sua mãe, que tivessem uma conversa séria com R., irmã da declarante, pois ela teria dito a E que H estava abusando sexualmente dela; QUE a declarante e sua mãe tentaram conversar com R. sobre o assunto mas ela disse que H teria passado a mão no corpo dela, mas como a declarante já foi abusada sexualmente por N tentou conversar com R. longe da mãe da declarante, pois quando a declarante tinha 12 anos de idade, era assediada por H, mas aos 14 anos foi abusada por H, em 1998, quando a declarante tinha 14 anos de idade, e N dizia para a declarante que teria ido morar com a mãe da declarante, por conta da mesma; QUE H passava a mão pelo corpo da declarante, tirou várias vezes a roupa da declarante, enquanto esta dormia, durou mais ou menos dos doze anos até os 16 anos de idade, a declarante não tinha sossego, corria de N dentro de casa, colocava uma porta solta na porta do quarto, e umas fitas cassetes em cima da porta, para acordar quando H empurrasse a porta do quarto, afim de abusar da declarante; QUE N durante todos estes anos não teve conjunção carnal com a declarante, somente cometia abusos, mas ele tirava a roupa na presença da declarante, passava o pênis no corpo da declarante, tentando ter relação sexual, mas a declarante corria dele para fora de casa, isto acontecia na cama da mãe da declarante, no quarto da declarante, enquanto a mãe da mesma dormia; QUE após dois anos de abusos, a declarante contou para sua mãe, pois às vezes acordava com as roupas descidas até o joelho, e ficou apavorada e contou para sua mãe, a atitude da mesma foi acreditar, inclusive viu algumas cartas que N escreveu para a declarante, que a mesma ainda tem e vai trazer nesta Depol; QUE a mãe da declarante não denunciou a policia, tirou satisfações com H, ele não negou, ele confirmou a versão da declarante, mas disse que não ia fazer mais isto; QUE nesta época os tios da declarante ficaram sabendo de tudo, ela se separou de H e foi para casa da avó da declarante, mas uma semana depois ela retornou a morar com H, a declarante foi também morar com sua genitora, e H continuou abusando da declarante; QUE durante alguns meses, em agosto de 1999 a mãe da declarante separou de H, mas em dezembro ele comprou uma casa e deu para a mãe da

declarante; QUE H não morava na casa, mas a mãe da declarante ficou grávida de N, e no final do ano de 2001 N voltou a morar dentro de casa, e a declarante estava namorando, então N começou a pegar no pé da declarante proibindo a mesma de namorar, morou juntos na mesma casa durante três meses, e H denegria a imagem da declarante, dizendo que o namorado da mesma não prestava, e que a declarante estava transando com o namorado; QUE então H disse que se a declarante quisesse morar na casa com ele e sua mãe, teria que terminar o namoro, a declarante indignada, saiu de casa e foi morar com seu namorado, com quem viveu 5 anos, vindo a terminar o namoro há 7 meses; QUE há dois anos a mãe da declarante se separou definitivo de H, como ele tem uma filha de 6 anos de nome L, por este motivo ele tem acesso livre na casa da declarante, quando a declarante e sua mãe saem para trabalhar, nestes momentos é que ele vem abusando de R.; QUE E não gosta do pai dela, é uma moça que não sai, não tem amizades, e pode ser que ele tenha abusado de E também; QUE os abusos começaram em 1996 na cidade de Contagem, porém em 31/12/99 H ainda abusava da declarante e deu uma casa para a família, e dizia para a declarante que comprou a casa por conta da declarante, não por conta da mãe da mesma; QUE a mãe da declarante veio a saber dos abusos em contagem, mas em Betim, H assediava a declarante com palavras, mas não tocava mais no corpo da mesma; QUE a família da mãe da declarante toda sabe dos abusos sofridos pela declarante, mas ainda assim a mãe da declarante nunca denunciou H; QUE na semana passada depois de ser denunciado nesta delegacia, H telefonou na casa da declarante de madrugada, e disse para a mãe da declarante que R. estava na boca de fumo, e levando a irmã L de 07 anos de idade; QUE H sempre quer ter domínio sobre a vida de R., e H ainda diz para a mãe da declarante mandar que R. vá juntamente com L para casa dele, para ser cuidada, até que a mãe do declarante chegue do trabalho; QUE H ameaçava a declarante dizendo que caso ela contasse alguma coisa, ele mataria a declarante e sua mãe, e acabaria com todos, a mãe da declarante iria passar fome, pois ela dependia financeiramente dele, e que a mãe da declarante não iria acreditar na mesma" Em juízo (f. 83) J relatou que "a R. lhe disse que o acusado mantinha relação sexual com ela. QUE a vítima lhe disse que o acusado mantinha relação sexual com a mesma sem camisinha e ejaculava; que notou a mudança de comportamento da vítima R. em razão de que a mesma ficava muito apreensiva e preocupada quando o acusado chegava; que os abusos com a R. aconteciam durante o dia quando a declarante e a mãe saíam para trabalhar; que tais fatos iniciados em 2001 persistiram até 2003 quando o caso foi levado a polícia. QUE sua mãe dormia todas as noites em casa; que quando ocorreu a queda das fitas cassetes sua mãe não acordou porque os quartos eram distantes uns dos outros; que sua mãe faleceu recentemente em decorrência de depressão que a levou ao suicídio; que a depressão em decorrência de tais fatos".

J, ouvida mais uma vez em juízo (f. 133), esclareceu que "nem a informante nem sua irmã R. são ou foram usuárias de drogas; que nunca usaram drogas, sendo que o denunciado disse apenas para denegrir as duas; QUE R. disse ter sofrido abusos durante 2 anos; que ela não denunciou o acusado antes porque tinha medo e também porque pensou que não iria acontecer nada com ele porque ele já tinha abusado da informante e a mãe da informante não fez nada; que ele não chegou a ter relação sexual com a informante, tendo apenas passado a mão pelo corpo da informante como relatado no depoimento anterior; que com R. foi bem diferente; que a mãe da informante faleceu no dia 17 de janeiro de 2007; que a morte foi decorrente do fato dela ter tomado "chumbinho" em dezembro de 2006,

tendo sido internada e veio a falecer por pneumonia decorrente do quadro clínico; que assim que R. confirmou as declarações de que estava sofrendo abuso, a informante e sua mãe procuraram a polícia para denunciar o acusado; que foi feito perícia médica que confirmou as declarações de R.; que a delegada disse que não tinha como prender o acusado porque não havia o flagrante. QUE a informante conviveu com N dos 11 aos 17 anos, quando a informante saiu de casa para morar com o namorado; que o namorado da informante não era usuário de drogas; que R. não tinha namorado; que quando R. começou a se interessar por um rapaz, o acusado começou a criar obstáculos dizendo que R. estava em boca de fumo e foi quando R. disse que ele estava abusando dela; Que quando R. disse que ela estava sendo abusada, a informante tinha 7 meses que tinha retornado para casa; que E disse para a informante que deveria conversar com R. junto com sua mãe porque alguma coisa de grave estava acontecendo; que E disse que o acusado pagava R\$20,00 para R. arrumar o quarto dele; QUE a informante nunca viu o acusado oferecer dinheiro em troca de sexo".

E A G, filha do réu, ao ser ouvida na fase policial (f 21- 23), declarou que "ultimamente, E estava dizendo que R. estava arranjando namorado; e muito rebelde, inclusive na escola, por este motivo a declarante perguntou a R. se ela tinha alguma coisa para contar a declarante ou para a mãe dela; QUE R. somente balançava a cabeça, acenado que não, mas os olhos dela encheram de lágrimas, por este motivo a declarante percebeu que alguma coisa estava acontecendo com R., por isto no dia da eleição ao encontrar com E na rua, a declarante disse a ela para abrir o olho com R. e ter com ela uma conversa que ela devia ter algo para contar; QUE a declarante sai para fazer uns bicos, e às vezes R. ia na casa da declarante, mas não tinha o hábito de frequentar a casa da declarante, mas o pai da declarante vai mais na casa de R., quando a mãe dela sai para trabalhar; QUE a declarante nunca viu seu pai abusar sexualmente de R., e somente suspeitou que alguma coisa estava acontecendo com R., mas também teve medo de não suspeitar de seu pai com R e estar acontecendo alguma coisa, e dizia para R. se alguma coisa acontecesse entre ela e o pai da declarante, ela deveria contar a mãe dela ou até mesmo escrever uma carta contando tudo; QUE o pai da declarante nunca abusou da declarante, pois dos 10 ao 17 anos a declarante morou com sua avó, e ao voltar para casa ele nunca tentou nada com a declarante".

Em juízo (f. 132), E narrou que "E pediu para a informante conversar com R porque esta estava com comportamento agressivo; que quando a informante foi perguntar para R o que estava acontecendo, porque o convívio familiar não estava bom, esta começou a chorar; que a informante então disse para E que tinha alguma coisa errada com R porque tinha ido conversar com ela e ela começou a chorar; que quando a informante foi morar com seu pai, já tinha 17 anos; que somente ficou sabendo de assuntos de abusos que teriam sido sofridos por J depois que "explodiu tudo". QUE conviveu um tempo com R e também com J mas não sabe precisar quanto tempo; que tinha 17 anos quando foi morar com eles; que E era um pouco agressiva quando bebia; que não tinha muito contato com seu pai nem quando morava com este; que nunca sofreu abusos de seu pai; que nunca viu R ou J usando drogas; que teve notícias apenas de que o marido de J teve problemas com drogas; que a informante e J eram quem faziam o serviço de casa, sendo que R era pequena; que depois que R, J e E se mudaram a informante não sabe o que ocorria; que quando explodiram os fatos, já tinha 2 ou 3 anos que E e as filhas tinham saído de casa; que o acusado deu uma outra casa para elas e elas foram morar nesta outra casa; que o acusado nesta época frequentava as duas casas;

que o pai da informante sempre foi motorista e algumas vezes viajava a trabalho; que a informante não teve convívio com seu pai".

Diante desse conjunto probatório, não há como se acolher o pleito de absolvição por insuficiência de provas.

No caso sob exame, **não obstante a negativa do apelante, a vítima, sempre que ouvida, narrou de forma coerente e até com detalhes os abusos sexuais a que foi por ele submetida. Além disso, a versão de R. foi corroborada pelas declarações de sua genitora E, de sua irmã J e da testemunha E.**

Tenta a d. defesa desmerecer as declarações da ofendida, ao argumento de que tudo seria uma história fantasiosa criada para se vingar do réu, todavia, a defesa não trouxe aos autos nenhuma prova de que a vítima e sua genitora tenham agido com a intenção de prejudicar o réu.

Do mesmo modo, o argumento de que E, genitora da ofendida, não denunciou à autoridade policial sobre os abusos sofridos pela sua outra filha, J, não se mostra suficiente para conduzir à absolvição do acusado. Ora, embora, lamentavelmente, não haja nos autos notícia de que tais abusos tenham sido objeto de apuração, tratam-se de fatos estranhos aos autos e, como afirmou a própria defesa, "nem foram usados para fundamentar a sentença condenatória". Assim, a ausência de apuração de eventuais crimes cometidos contra outra vítima, em nada enfraquece a prova colhida que demonstra a prática delitiva do réu contra R.

Igualmente, não merece crédito a alegação defensiva de que a vítima não gritou, nem tomou qualquer atitude para repelir o agressor. A ofendida era apenas uma criança e, além disso, afirmou que "N ameaçava a declarante dizendo que iria matar a família toda". Nesse contexto, por óbvio, que R. não tinha condições de oferecer qualquer tipo de reação diante de seu abusador.

Ainda, ao contrário do que sustenta a defesa, a condenação do apelante não se baseia exclusivamente em provas colhidas na fase inquisitiva, o que violaria o artigo 155 do Código de Processo Penal, sendo que **a autoria foi devidamente comprovada também sob o crivo do contraditório, como demonstrado pelos depoimentos coligidos linhas acima.**

[...] Isto posto, diversamente do que sustenta o i. defensor, **o conjunto probatório se mostra suficiente para atestar, com segurança, que o apelante praticou contra a vítima R., menor de 14 anos, conjunção carnal e atos libidinosos diversos, razão pela qual, não há que se falar em absolvição por insuficiência de provas.**

Do ponto de vista da tipicidade objetiva, a vítima foi constrangida, mediante violência presumida, a deixar que o apelante praticasse com ela conjunção carnal e outros atos libidinosos. Do prisma da tipicidade subjetiva, é inegável o dolo do apelante, isto é, a vontade livre e consciente de constranger a vítima a com ele praticar ato sexual. No âmbito da culpabilidade, na esteira da doutrina finalista da ação, tem-se que o apelante é penalmente imputável e não existe nos autos qualquer prova de não ter capacidade psíquica de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com este entendimento, sendo perfeitamente possível agir de forma diversa, o que caracteriza o juízo de censurabilidade que recai sobre sua conduta típica e ilícita.

Destarte, comprovadas a materialidade do fato e sua autoria, bem como preenchidos os demais requisitos que compõem o conceito analítico de crime, a manutenção da condenação do apelante pelo crime do artigo 217-A, do Código Penal é medida que se impõe.

[...]

Nos termos da jurisprudência desta Corte, em delitos sexuais – normalmente praticados na clandestinidade e sem testemunhas presenciais –, a palavra da vítima é elemento de extrema relevância e pode autorizar a condenação, desde que corroborada pelos demais elementos de prova (REsp n. 1.699.051/RS, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 6/11/2017). Veja-se também o AgRg no AREsp n. 1.446.586/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 3/6/2019.

E, na hipótese dos autos, infere-se que as instâncias ordinárias deixam claro que consideraram não apenas a palavra da vítima, mas também as demais provas colhidas sob o crivo do contraditório, tendo o Colegiado destacado que *a condenação do apelante não se baseia exclusivamente em provas colhidas na fase inquisitiva [...], sendo que a autoria foi devidamente comprovada também sob o crivo do contraditório* (fl. 386).

Inadequadas, pois, as alegações da defesa, não havendo falar em ofensa ao art. 155 do Código de Processo Penal.

Seguindo esse entendimento: AgRg no AREsp n. 1.549.964/MT, Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Quinta Turma, DJe 11/11/2019; HC n. 503.869/RS, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 24/9/2019; e AgRg no AREsp n. 1.504.595/MG, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 30/9/2019.

E, em relação ao art. 386, II e VII, do Código de Processo Penal, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de reformar o acórdão que concluiu pela suficiência de provas da autoria e materialidade dos delitos de estupro de vulnerável e de atentado violento ao pudor, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelas instâncias ordinárias, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, inúmeros julgados: AgRg no AREsp n. 1.293.123/PR, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 30/5/2019; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.642.825/RS, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 11/10/2019; AgRg no AgRg no AREsp n. 1.290.265/CE, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 5/6/2019, dentre outros.

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator